



TESOURO NACIONAL

2024

07 de novembro
de 2024

Boletim

Estatísticas Fiscais do Governo Geral

2º Trimestre de 2024



Ministério da Fazenda

Fernando Haddad

Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda

Dario Carnevalli Durigan

Secretaria do Tesouro Nacional

Rogério Ceron de Oliveira

Secretaria Adjunta do Tesouro Nacional

Viviane Aparecida da Silva Varga

Subsecretaria de Planejamento Estratégico da Política Fiscal

David Rebelo Athayde

Coordenação Geral de Estudos Econômico-Fiscais

Pedro Ivo Ferreira de Souza Junior

Coordenação de Suporte aos Estudos Econômico-Fiscais

Alex Pereira Benício

Coordenação de Suporte às Estatísticas Fiscais

Rafael Perez Marcos

Equipe Técnica

Ana Cristina Secchi Correia

Guilherme Ceccato

Karla de Lima Rocha

Marcos Henrique Benício Araújo

Vitor Henrique Barbosa Fabel

Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional**Arte**

Hugo Pullen

Informações

E-mail: ascom@tesouro.gov.br

Disponível em: www.tesourotransparente.gov.br

**Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

Sumário

1. Resultado do 2º Trimestre de 2024	5
1.1. Receita do Governo Geral	10
1.2. Despesa do Governo Geral.....	12
2. Notas Metodológicas.....	16

Lista de Gráficos e Tabelas

Tabela 1. Demonstrativo de operações do Governo Geral - 2º Trimestre de 2024	7
Tabela 2. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - 2º Trimestre de 2023 e 2024.....	7
Tabela 3. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - 2º Trimestre de 2024	8
Tabela 4. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - 2º Trimestre de 2024	10
Tabela 5. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - 2º Trimestre de 2023 e 2024	10
Tabela 6. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - 2º Trimestre de 2024	12
Tabela 7. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - 2º Trimestre de 2023 e 2024	13

Gráfico 1 - Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento líquida por esfera de governo - Brasil - 2023 e 2024	8
Gráfico 2. Receita e despesa do Governo Geral - Brasil - 2023 e 2024	9
Gráfico 3. Evolução da receita por esfera de governo - Brasil - 2023 e 2024	11
Gráfico 4. Composição da receita do Governo Geral - Brasil - 2023 e 2024	11
Gráfico 5. Evolução das despesas por esfera de governo - Brasil - 2023 e 2024	13
Gráfico 6. Evolução dos componentes da despesa: gasto e investimento do Governo Geral - Brasil - 2023 e 2024	14
Gráfico 7. Composição do gasto do Governo Geral - Brasil - 2023 e 2024	14
Gráfico 8. Evolução do investimento líquido por esfera de governo - Brasil - 2023 e 2024	15
Gráfico 9. Composição do investimento bruto em ativos fixos (FBCF) do Governo Geral - Brasil - 2º trimestre de 2024	15

1. Resultado do 2º Trimestre de 2024

O Boletim de Estatísticas Fiscais do Governo Geral¹ apresenta estatísticas das três esferas de governo (governo central, governos estaduais e municipais) consolidadas no setor governo geral, segundo a metodologia do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014 do Fundo Monetário Internacional-FMI – MEFP 2014 (em inglês, *Government Finance Statistics Manual – GFSM 2014*), e faz parte do esforço do Tesouro Nacional de convergência às melhores práticas internacionais². As despesas são apuradas pelo regime de competência³, o que significa que o registro ocorre quando o governo assume a obrigação, independentemente do pagamento efetivo, ou seja, mesmo que o pagamento seja realizado em uma data futura, a despesa é contabilizada no período em que o compromisso é firmado. Por outro lado, as receitas são apuradas pelo regime de caixa, sendo registradas somente quando o valor é efetivamente recebido.

No 2º trimestre de 2024, a necessidade líquida de financiamento⁴ do governo geral alcançou 8,2% do PIB, ante 9,2% do PIB no mesmo período do ano anterior. Essa variação se deve ao crescimento nominal de 13,6% da receita do governo geral em relação ao mesmo período de 2023, parcialmente compensado pelo aumento nominal de 10,2% da despesa.

A decomposição por esfera de governo da necessidade de financiamento de 8,2% do PIB do governo geral indica que esse valor deriva da necessidade de financiamento de 8,2% do PIB do governo central e de 0,5% do PIB dos governos estaduais no segundo trimestre de 2024, ao passo que o resultado dos governos municipais foi uma capacidade de financiamento de 0,4% do PIB no mesmo período.

No segundo trimestre de 2024, a receita aumentou em 2,34 p.p. do PIB em comparação com o mesmo período do ano anterior, passando de 37,1% para 39,5% do PIB. Este crescimento deve-se principalmente ao incremento de 1,90 p.p. do PIB nos impostos sobre bens e serviços, distribuído entre as três esferas de governo. No governo central, destacam-se a reoneração e as alterações nas bases de cálculo da Cofins e do PIS/Pasep, conforme estabelecido pela Lei nº 14.592/2023 e pela Medida Provisória nº 1.163/2023.

¹ Os resultados das Estatísticas Fiscais Trimestrais apresentados neste Boletim não substituem outras estatísticas relacionadas às finanças públicas, como as estatísticas fiscais do Resultado do Tesouro Nacional e do Banco Central do Brasil, que observam aspectos metodológicos específicos.

² <https://www.imf.org/external/np/sta/gfsm/>

³ A apuração da despesa pelo regime de competência corresponde ao conceito de despesa liquidada, incluída a liquidação de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

⁴ Nas Estatísticas de Finanças Públicas, há uma necessidade líquida de financiamento quando a diferença entre a receita e a despesa é negativa. No caso de um resultado positivo, existe uma capacidade líquida de financiamento.

Já nos Estados, o aumento da arrecadação de ICMS no segundo trimestre de 2024 é, provavelmente, uma consequência da elevação da alíquota modal de ICMS adotada por diversos estados. Essa medida foi implementada como uma estratégia para reverter ou, ao menos, minimizar os impactos da Lei Complementar nº 194 de 2022, que estabeleceu limites para as alíquotas de ICMS sobre os bens e serviços relativos a combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo.

A despesa total do governo geral totalizou 47,7% do PIB no 2º trimestre de 2024, o que representou um aumento de 1,43 p.p. do PIB em relação ao mesmo período do ano anterior, quando alcançou 46,3% do PIB. Os gastos passaram de 46,1% do PIB no 2º trimestre de 2023 para 47,1% do PIB no mesmo trimestre de 2024, enquanto o investimento líquido passou de 0,2% do PIB para 0,6% no mesmo período.

Em relação aos gastos, destaca-se o aumento nas despesas com o uso de bens e serviços, que apresentaram uma elevação de 0,43 p.p. do PIB, impulsionadas pelo crescimento nos governos estaduais e municipais. Essa categoria inclui despesas com materiais de consumo e a contratação de serviços de pessoas físicas e jurídicas, que contribuem para a criação de bens e serviços que serão destinados à sociedade. Por outro lado, os gastos com benefícios previdenciários e assistenciais apresentaram relativa estabilidade (-0,05 p.p. do PIB).

Com relação aos gastos do governo central, destaca-se em 2024 a incorporação nas estatísticas fiscais do Fundo de Custeio da Poupança de Incentivo à Permanência e Conclusão Escolar para Estudantes do Ensino Médio – FIPEM, conhecido como "Pé-de-Meia". Trata-se de um programa de incentivo financeiro-educacional voltado a estudantes matriculados no ensino médio público, que sejam beneficiários do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). O custeio do FIPEM é realizado com recursos do Governo Federal e sua operacionalização é gerida pela Caixa Econômica Federal.

No que tange à classificação econômica dos gastos associados ao FIPEM, os benefícios do Pé-de-Meia são tratados como benefícios de assistência social (categoria 272), especificamente como auxílios financeiros a pessoas físicas e famílias (código 272.3). O registro da despesa é realizado no momento da transferência dos recursos do FIPEM aos estudantes e não no aporte da União ao referido Fundo.

Por fim, o aumento de 0,48 p.p. do PIB no investimento líquido do governo geral entre o segundo trimestre de 2024 e o mesmo período de 2023 foi impulsionado pelos investimentos das três esferas de governo, com ênfase para o crescimento de 0,27 p.p. nos governos municipais e de 0,15 p.p. do PIB no governo central. No governo central, destacaram-se os gastos com obras voltadas para a conservação, preservação e restauração de rodovias federais, assegurando as condições normais de operação viária, além de investimentos significativos na conservação e recuperação de ativos de infraestrutura, especialmente ligados ao Poder Judiciário.

Nos governos municipais, observou-se um aumento expressivo de gastos em projetos de infraestrutura, como a manutenção da malha viária, ampliação de frotas e modernização de edifícios públicos, fenômeno influenciado pelo calendário eleitoral. Na decomposição por esfera de governo, observa-se que o investimento líquido dos governos municipais e estaduais foram de 0,61% e 0,16% do PIB, respectivamente, enquanto o governo central registrou investimento líquido negativo de 0,13% do PIB.

Tabela 1. Demonstrativo de operações do Governo Geral - 2º Trimestre de 2024

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações – Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ¹
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
1. Receita	750.427	0	0	750.427	373.862	333.710	-318.386	1.139.614
d/q 1411. Juros	72.749	0	0	72.749	4.948	9.371	-19.547	67.520
2M. Despesa (2+31)	988.126	0	0	988.126	387.093	321.001	-318.386	1.377.834
2. Gasto	991.935	0	0	991.935	382.453	303.410	-318.386	1.359.413
d/q 23. Consumo de capital fixo	11.560	0	0	11.560	15.314	15.602	0	42.477
d/q 24. Juros	227.113	0	0	227.113	25.480	2.499	-19.547	235.544
31. Investimento líquido	-3.809	0	0	-3.809	4.640	17.591	0	18.422
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2M)	-237.699	0	0	-237.699	-13.231	12.709	0	-238.221
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) - (2M-24))	-83.335	0	0	-83.335	7.301	5.837	0	-70.196
Itens de memorando:								
1. Investimento bruto em ativos fixos (FBCF)	8.241	0	0	8.241	19.887	32.828	0	60.956
2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)	-229.948	0	0	-229.948	6.723	45.902	0	-177.322
3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)	-241.508	0	0	-241.508	-8.591	30.300	0	-219.799

(1) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 2. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - 2º Trimestre de 2023 e 2024

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações - Governo Geral	2023.II	2024.II	Diferença	Var. %
1. Receita	1.002.823	1.139.614	136.790	13,64%
d/q 1411. Juros	77.765	67.520	-10.245	-13,17%
2M. Despesa (2+31)	1.250.100	1.377.834	127.734	10,22%
2. Gasto	1.245.717	1.359.413	113.695	9,13%
d/q 23. Consumo de capital fixo	41.560	42.477	917	2,21%
d/q 24. Juros	215.903	235.544	19.642	9,10%
31. Investimento líquido	4.382	18.422	14.039	320,35%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2M)	-247.277	-238.221	9.056	-3,66%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) -(2M-24))	-109.140	-70.196	38.943	-35,68%

Tabela 3. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - 2º Trimestre de 2024

Dados em: % do PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações – Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ¹
	Orçamen- tário	Extraorça- mentário	Coluna de consolidação	Governo Cen- tral consoli- dado				
1. Receita	26,0%	0,0%	0,0%	26,0%	12,9%	11,6%	-11,0%	39,5%
d/q 1411. Juros	2,5%	0,0%	0,0%	2,5%	0,2%	0,3%	-0,7%	2,3%
2M. Despesa (2+31)	34,2%	0,0%	0,0%	34,2%	13,4%	11,1%	-11,0%	47,7%
2. Gasto	34,4%	0,0%	0,0%	34,4%	13,2%	10,5%	-11,0%	47,1%
d/q 23. Consumo de capital fixo	0,4%	0,0%	0,0%	0,4%	0,5%	0,5%	0,0%	1,5%
d/q 24. Juros	7,9%	0,0%	0,0%	7,9%	0,9%	0,1%	-0,7%	8,2%
31. Investimento líquido	-0,1%	0,0%	0,0%	-0,1%	0,2%	0,6%	0,0%	0,6%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1- 2M)	-8,2%	0,0%	0,0%	-8,2%	-0,5%	0,4%	0,0%	-8,2%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) - (2M-24))	-2,9%	0,0%	0,0%	-2,9%	0,3%	0,2%	0,0%	-2,4%
Itens de memorando:								
1. Investimento bruto em ativos fi- xos (FBCF)	0,3%	0,0%	0,0%	0,3%	0,7%	1,1%	0,0%	2,1%
2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)	-8,0%	0,0%	0,0%	-8,0%	0,2%	1,6%	0,0%	-6,1%
3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)	-8,4%	0,0%	0,0%	-8,4%	-0,3%	1,0%	0,0%	-7,6%

(1) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais

Gráfico 1 - Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento líquida por esfera de governo - Brasil - 2023 e 2024

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

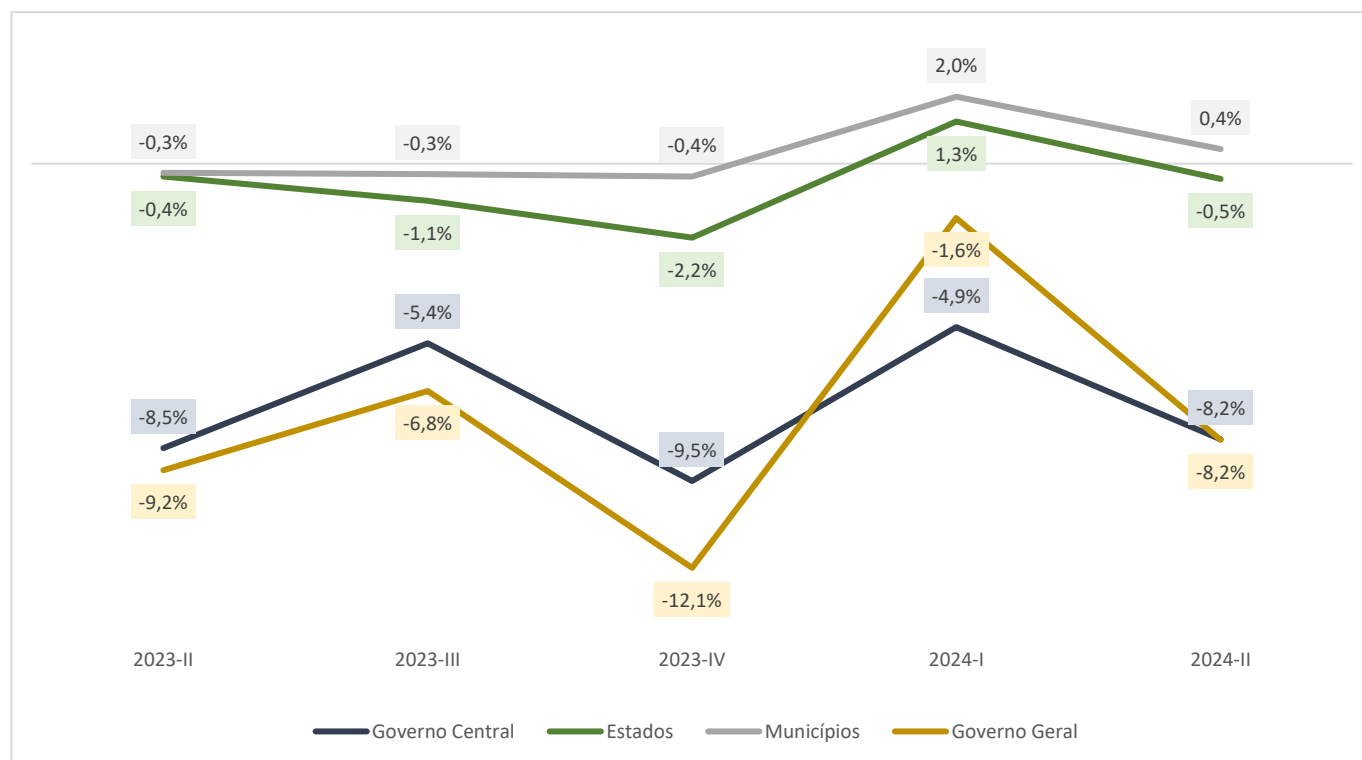
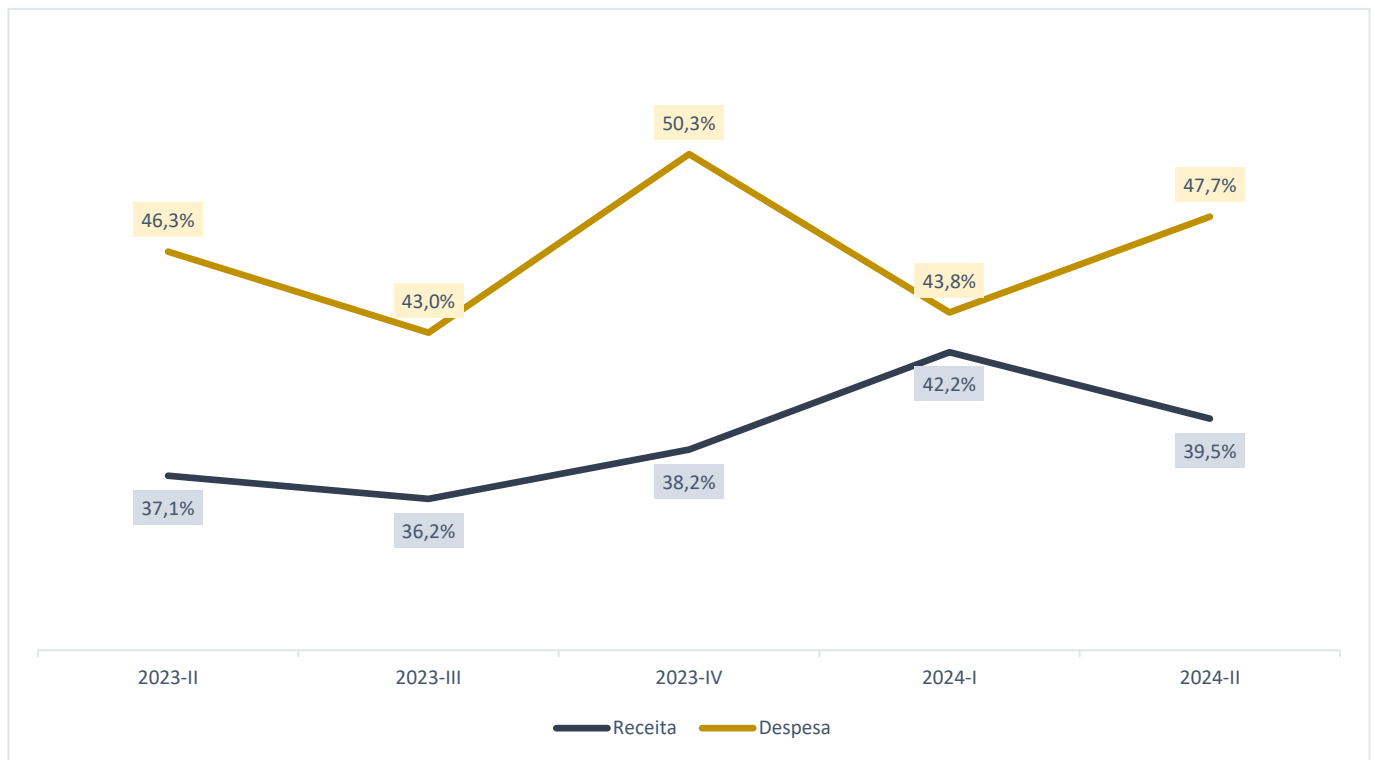


Gráfico 2. Receita e despesa do Governo Geral - Brasil - 2023 e 2024

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB



1.1. Receita do Governo Geral

Tabela 4. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - 2º Trimestre de 2024

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Receita do Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ¹
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
1. Receita	750.427	0	0	750.427	373.862	333.710	-318.386	1.139.614
11. Impostos	436.002	0	0	436.002	227.140	63.852	0	726.995
111. Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital	256.138	0	0	256.138	0	0	0	256.138
112. Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	8.153	0	0	8.153	0	0	0	8.153
113. Impostos sobre a propriedade	109	0	0	109	23.464	23.480	0	47.054
114. Impostos sobre bens e serviços	153.649	0	0	153.649	203.676	40.372	0	397.698
115. Impostos sobre o comércio e transações internacionais	17.952	0	0	17.952	0	0	0	17.952
116. Outros impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
12. Contribuições sociais	162.366	0	0	162.366	26.775	16.368	0	205.509
13. Transferências / Doações	22	0	0	22	84.356	214.467	-298.839	6
14. Outras receitas	152.037	0	0	152.037	35.592	39.022	-19.547	207.104
1411. Juros	72.749	0	0	72.749	4.948	9.371	-19.547	67.520
14x. Demais	79.288	0	0	79.288	30.644	29.651	0	139.583

Fonte: STN, IBGE e BCB

(1) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais

Tabela 5. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - 2º Trimestre de 2023 e 2024

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Receita do Governo Geral	2023.II	2024.II	Diferença	Var. %
1. Receita	1.002.823	1.139.614	136.790	13,64%
11. Impostos	628.679	726.995	98.316	15,64%
12. Contribuições sociais	191.333	205.509	14.176	7,41%
13. Transferências / Doações	1	6	5	340,08%
14. Outras receitas	182.810	207.104	24.294	13,29%

Gráfico 3. Evolução da receita por esfera de governo - Brasil - 2023 e 2024

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

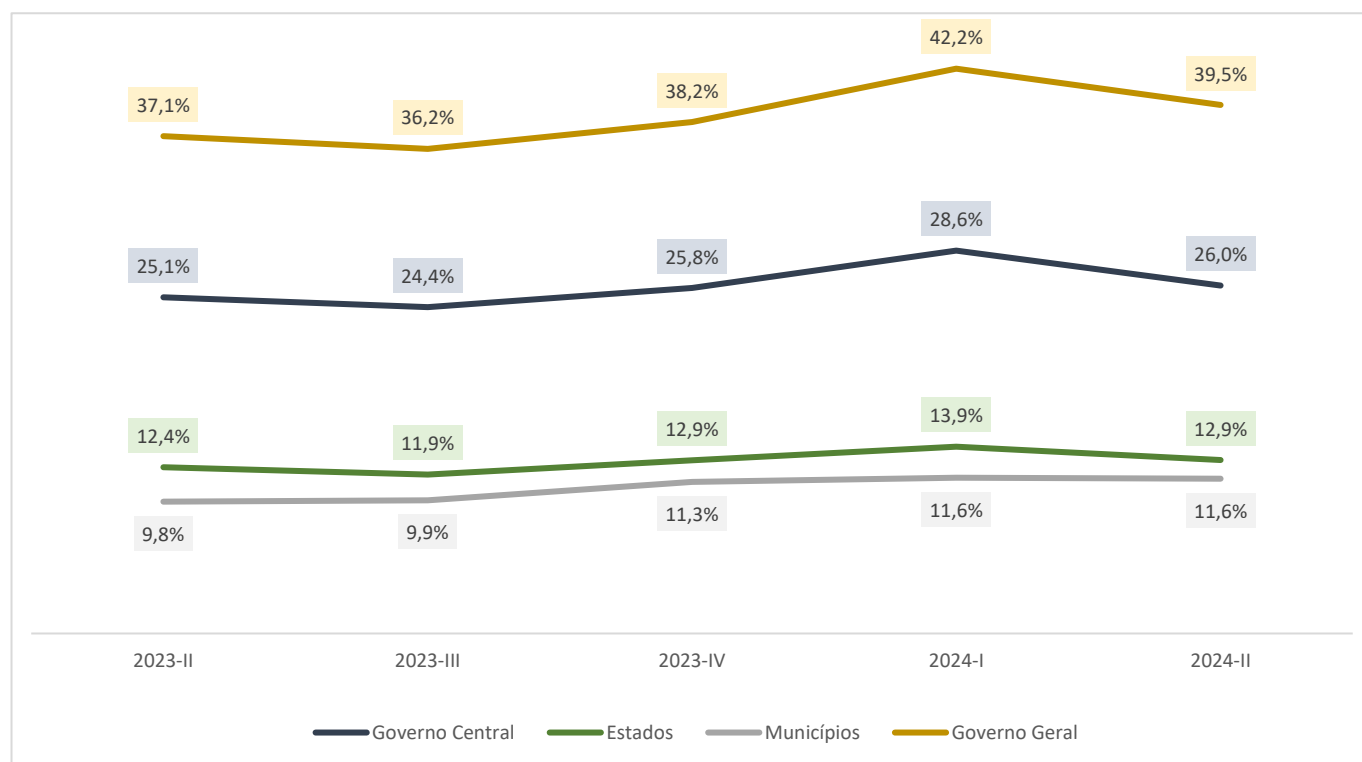
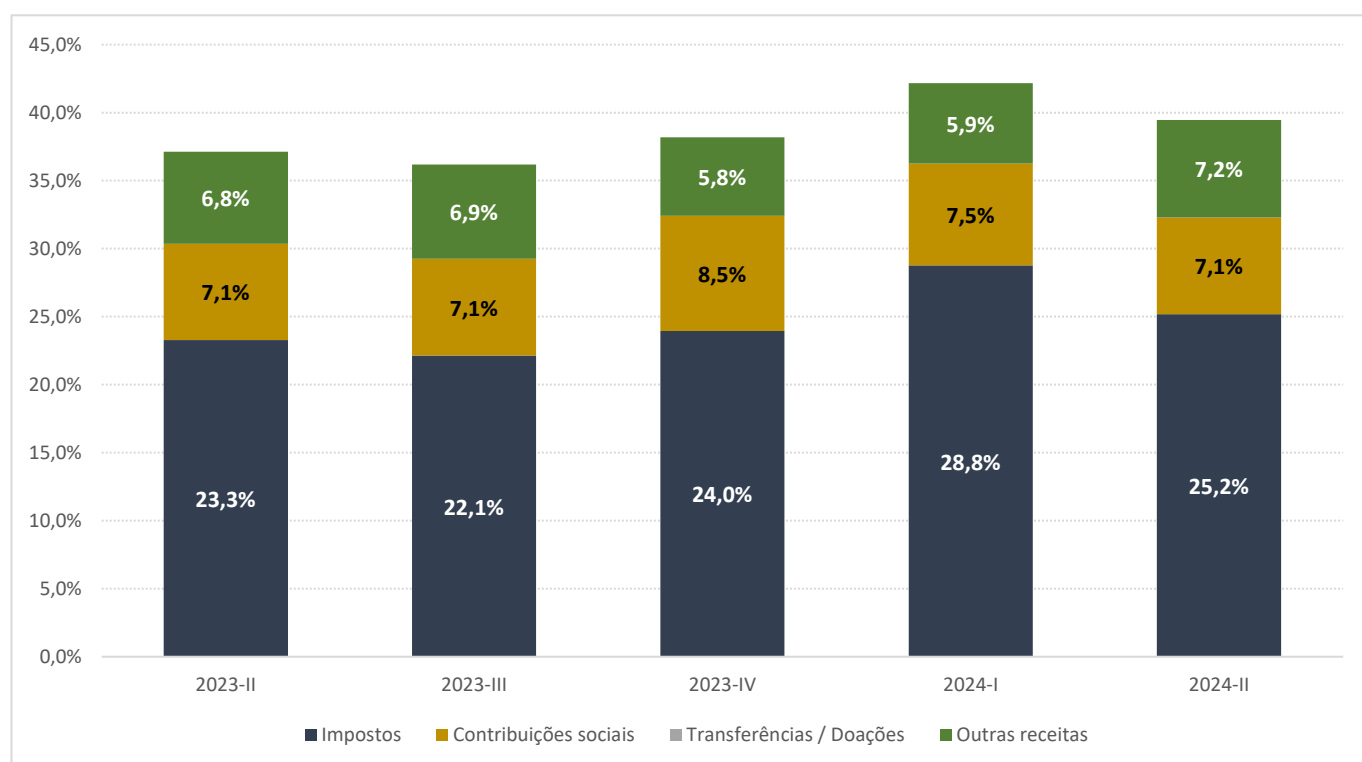


Gráfico 4. Composição da receita do Governo Geral - Brasil - 2023 e 2024

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB



1.2. Despesa do Governo Geral

Tabela 6. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - 2º Trimestre de 2024

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesa do Governo Geral	Governo Central			Governo Central consolidado	Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ¹
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação					
2M. Despesa (2+31)	988.126	0	0	988.126	387.093	321.001	-318.386	1.377.834
2. Gasto	991.935	0	0	991.935	382.453	303.410	-318.386	1.359.413
21. Remuneração de empregados	58.964	0	0	58.964	122.773	128.694	0	310.431
22. Uso de bens e serviços	19.698	0	0	19.698	52.766	98.508	0	170.972
23. Consumo de capital fixo	11.560	0	0	11.560	15.314	15.602	0	42.477
24. Juros	227.113	0	0	227.113	25.480	2.499	-19.547	235.544
25. Subsídios	3.781	0	0	3.781	781	3.082	0	7.644
26. Transferências / Doações	226.863	0	0	226.863	71.629	1.517	-298.839	1.171
27. Benefícios previdenciários e assistenciais	427.639	0	0	427.639	69.473	23.741	0	520.853
28. Outros gastos	16.318	0	0	16.318	24.236	29.766	0	70.320
31. Investimento líquido²	-3.809	0	0	-3.809	4.640	17.591	0	18.422
311 Ativos fixos	-3.319	0	0	-3.319	4.572	17.225	0	18.479
312 Estoques	142	0	0	142	68	365	0	576
313 Objetos de valor	5	0	0	5	0	0	0	5
314 Ativos não produzidos	-638	0	0	-638	0	0	0	-638
31.1. Aquisição de ativos não financeiros	32.416	0	0	32.416	78.660	109.903	0	220.979
31.2. Venda de ativos não financeiros	6.234	0	0	6.234	360	2.251	0	8.845
31.3. Consumo de capital fixo	45.390	0	0	45.390	60.130	61.261	0	166.781

(1) O resultado consolidado do Governo Geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

(2) Investimento líquido em ativos não financeiros corresponde à aquisição menos a venda de ativos não financeiros menos o consumo de capital fixo.

Tabela 7. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - 2º Trimestre de 2023 e 2024

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesa do Governo Geral	2023.II	2024.II	Diferença	Var. %
2M. Despesa (2+31)	1.250.100	1.377.834	127.734	10,22%
2. Gasto	1.245.717	1.359.413	113.695	9,13%
21. Remuneração de empregados	281.864	310.431	28.567	10,14%
22. Uso de bens e serviços	148.435	170.972	22.537	15,18%
23. Consumo de capital fixo	41.560	42.477	917	2,21%
24. Juros	215.903	235.544	19.642	9,10%
25. Subsídios	6.507	7.644	1.137	17,47%
26. Transferências / Doações	995	1.171	176	17,73%
27. Benefícios previdenciários e assistenciais	488.522	520.853	32.331	6,62%
28. Outros gastos	61.932	70.320	8.388	13,54%
31. Investimento líquido	4.382	18.422	14.039	320,35%
311 Ativos fixos	6.950	18.479	11.529	165,90%
312 Estoques	538	576	37	6,94%
313 Objetos de valor	6	5	-1	-19,08%
314 Ativos não produzidos	-3.112	-638	2.474	-79,50%

Gráfico 5. Evolução das despesas por esfera de governo - Brasil - 2023 e 2024

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

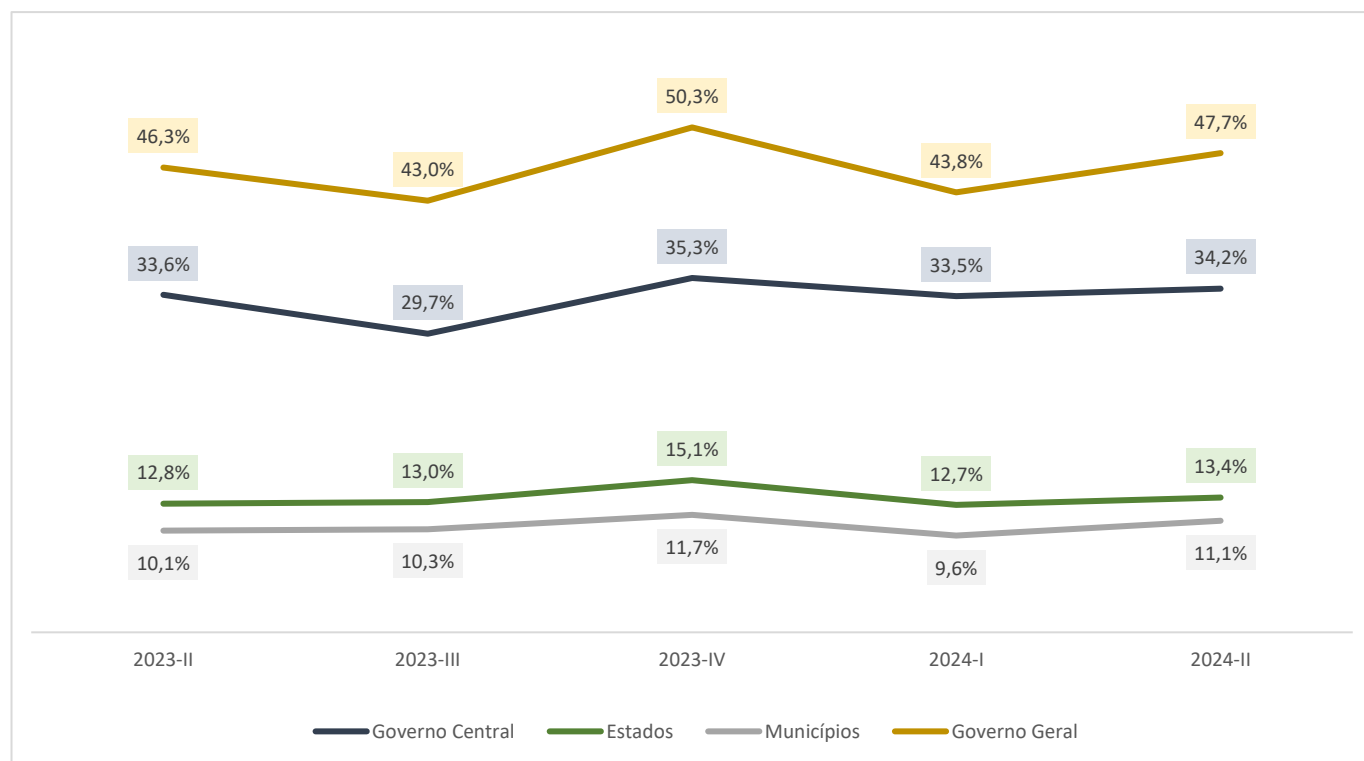


Gráfico 6. Evolução dos componentes da despesa: gasto e investimento do Governo Geral - Brasil - 2023 e 2024

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

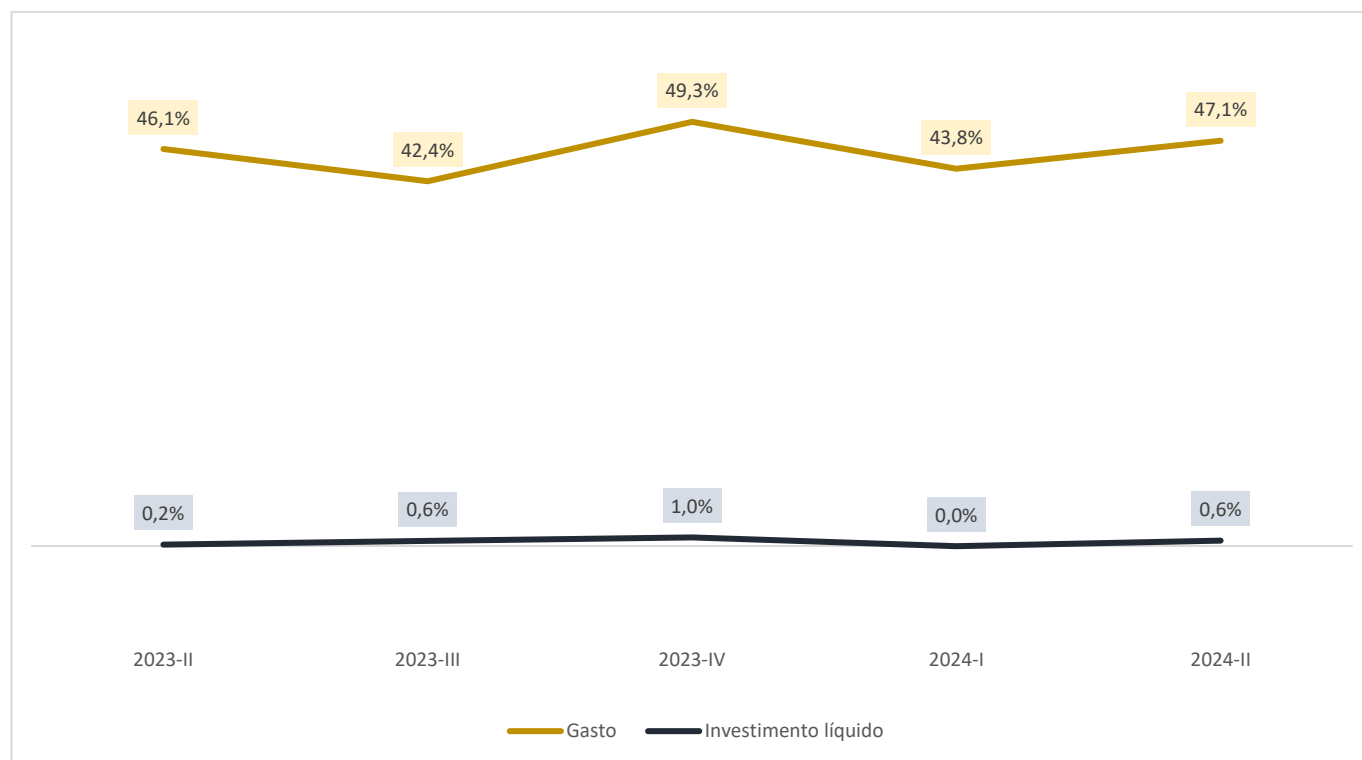


Gráfico 7. Composição do gasto do Governo Geral - Brasil - 2023 e 2024

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

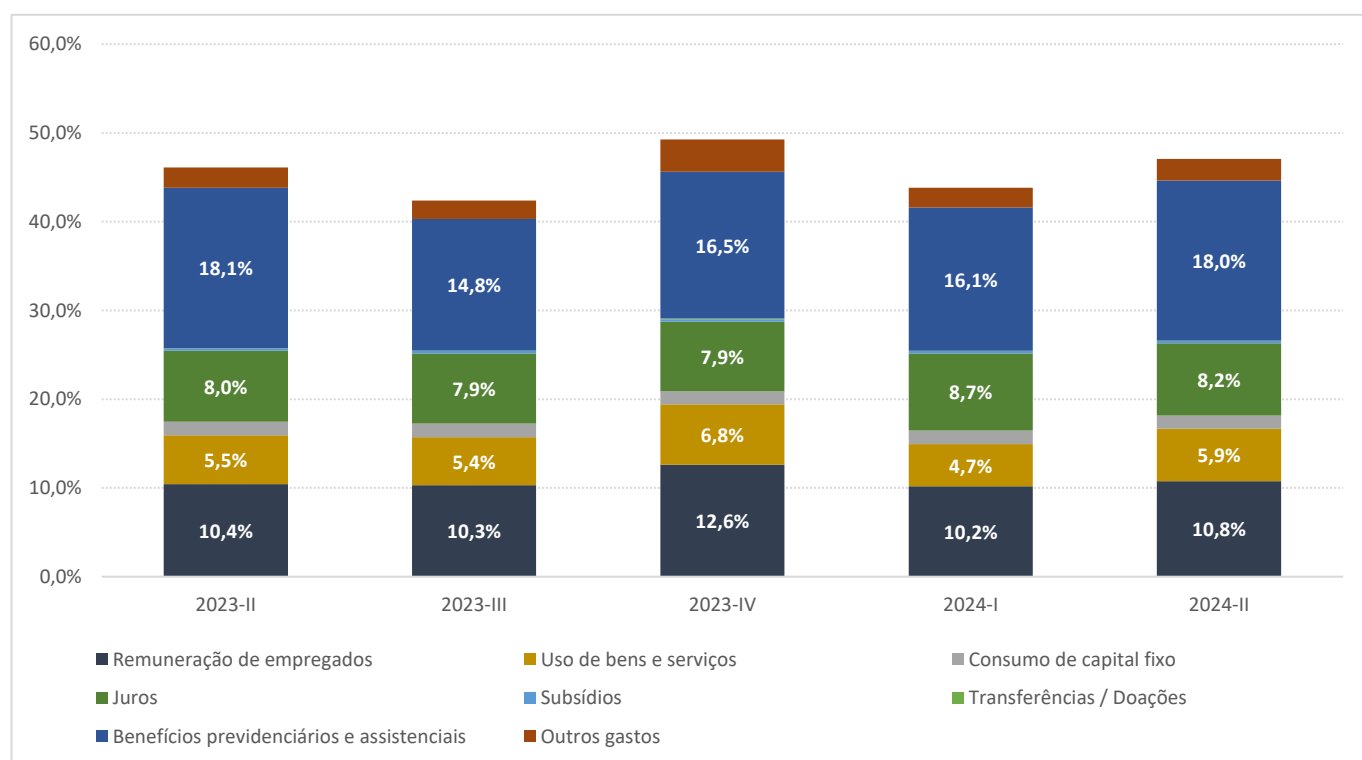


Gráfico 8. Evolução do investimento líquido por esfera de governo - Brasil - 2023 e 2024

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

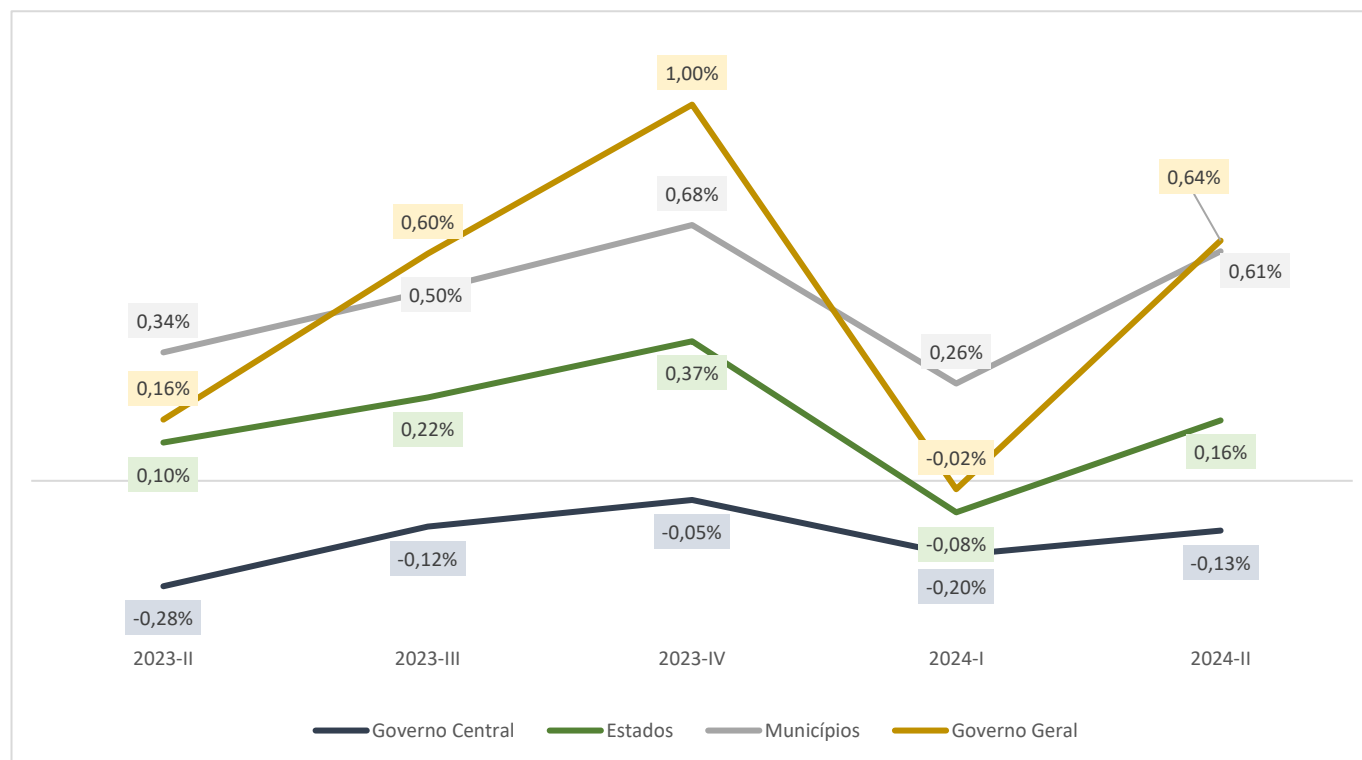
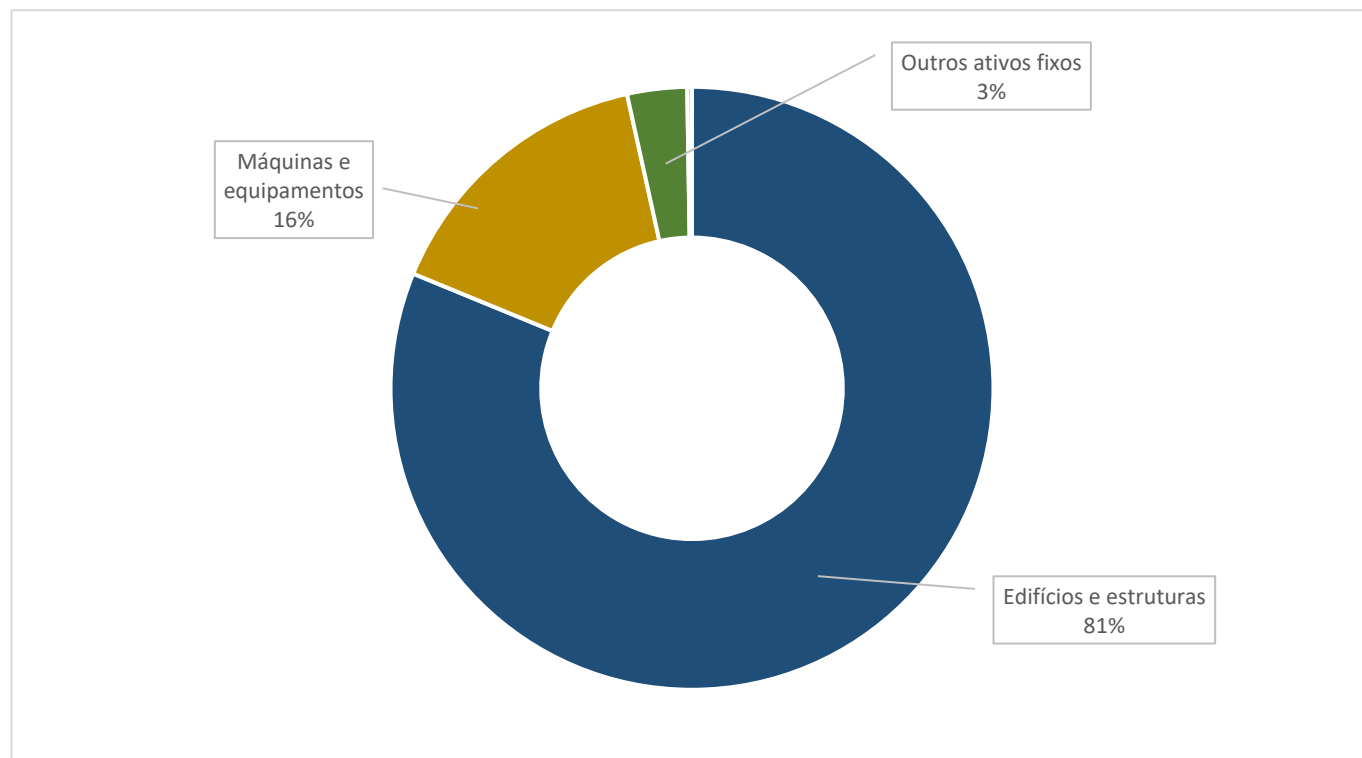


Gráfico 9. Composição do investimento bruto em ativos fixos (FBCF¹) do Governo Geral - Brasil - 2º trimestre de 2024

Dados em: % Total

Fonte: STN, IBGE e BCB



(1) FBCF: Formação Bruta de Capital Fixo.

2. Notas Metodológicas

Apresentação

Este boletim apresenta as estatísticas de finanças públicas do governo geral (governo central, governos estaduais e municipais) com periodicidade trimestral. As informações aqui apresentadas são compiladas e apresentadas de acordo com a metodologia do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014 do Fundo Monetário Internacional - FMI – MEFP 2014 (em inglês, *Government Finance Statistics Manual – GFSM 2014*). Todas as estatísticas são apresentadas na estrutura do Demonstrativo de Operações, que é um resumo das transações do governo apresentando detalhes das receitas, gastos e investimento líquido em ativos não financeiros.

As Estatísticas de Finanças Públicas - EFPs são um conjunto de conceitos e princípios desenvolvidos pelo FMI com o objetivo de proporcionar um arcabouço conceitual que facilite a análise da política fiscal e possibilite quantificar as ações do governo. As EFP são uma representação econômica da atividade financeira do governo.

As informações são compiladas no âmbito dos Acordos de Cooperação Técnica firmados entre STN e IBGE e STN e IPEA, com o objetivo central de aperfeiçoar as estatísticas fiscais no Brasil no sentido da convergência com os conceitos e metodologias estabelecidas pelo GFSM 2014 do FMI. Neste caso, o objetivo principal é construir agregados econômicos harmonizados internacionalmente – permitindo a comparação entre países – e com o Sistema de Contas Nacionais – possibilitando uma análise mais precisa das relações entre as variáveis fiscais e as econômicas.

Devido às questões metodológicas discutidas ao final deste documento, as informações aqui apresentadas são estimativas das finanças do governo geral para o período em análise e poderão ser revisadas nos meses seguintes. Os dados definitivos serão apresentados na publicação “Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo”, com periodicidade anual. Esta é uma publicação conjunta do Tesouro Nacional e do IBGE que garante a consistência entre os sistemas de contas nacionais e de Estatísticas de Finanças Públicas.

Abrangência

Nesta publicação é considerado o setor institucional governo geral que compreende todas as unidades de governo (central, estaduais e municipais) e os fundos de previdência social controlados por essas unidades.

Governo Central

O governo central é composto por todas as unidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, exceto o Banco Central do Brasil que, dadas suas características, compõe o subsetor de corporações públicas financeiras.

Governos subnacionais (estados e municípios)

A abrangência dos governos estaduais compreende os órgãos da administração direta e entidades da administração indireta (autarquias, fundações, fundos especiais, empresas estatais dependentes), de todos os poderes públicos, das unidades administrativas de 26 estados e do Distrito Federal.

No caso dos governos municipais, compreende as unidades administrativas dos 5.570 municípios. O processo de coleta de dados corresponde a aproximadamente 90% da cobertura total. Desta forma, práticas estatísticas são aplicadas para extrapolar a cobertura ao conjunto de municípios.

Fontes e metodologia

Bases de dados

A fonte primária para a obtenção dos dados do governo central é o Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Para a obtenção de dados dos estados e do Distrito Federal a fonte primária é o Demonstrativo de Contas Anuais disponível no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi. Este banco de dados compila informações contábeis e orçamentárias de todas as unidades da federação, sendo que no presente trabalho foram extraídas, em especial, informações sobre receitas e despesas orçamentárias, bem como dados sobre a execução de restos a pagar, além das respectivas contas patrimoniais.

A partir de 2019 a fonte primária dos dados utilizados para os governos estaduais é a Matriz de Saldos Contábeis (MSC), que consiste em uma grande massa de dados extraída pelos entes da federação diretamente dos seus sistemas contábil-financeiros e encaminhados ao Siconfi. Em casos específicos, foram realizadas consultas aos portais de transparência fiscal ou sítios das secretarias estaduais de fazenda para garantia da consistência das informações com as fontes de dados utilizadas.

No caso dos municípios a fonte primária para obtenção de dados também é o Demonstrativo de Contas Anuais disponível no Siconfi. Apesar da exigência legal, uma proporção inferior a 10% dos municípios não cumpre com o processo de envio de dados. Desta forma são aplicadas técnicas estatísticas para extrapolar a cobertura ao conjunto de municípios. Tal metodologia utiliza dados de outras fontes, tais como portais de transparência e outras plataformas de governo. A partir de 2022, assim como ocorreu para os governos estaduais, a fonte primária dos dados utilizados para os governos municipais é a MSC.

Um ajuste adicional realizado foi o acréscimo nas receitas de contribuições sociais dos valores líquidos de contribuições patronais para financiamento do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS. Esse procedimento se fez necessário devido à necessidade de se equilibrarem os valores entre as despesas com contribuições sociais dos empregadores do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS e as receitas de contribuições ao empregador.

Outra fonte complementar de informação são as informações de receitas e despesas de juros das três esferas de governo em análise. Como o Banco Central do Brasil é o órgão responsável pela produção e disseminação de estatísticas sob a ótica de financiamento, os dados destas contas são fornecidos diretamente pelo Banco. Destaca-se, como exceção, a obtenção (via FINBRA) das receitas de juros dos municípios brasileiros para o período estudado nesta publicação. No que se refere às informações de juros do governo central, destaca-se que até 2019 inclui os juros nominais das operações com reservas cambiais e das operações com derivativos cambiais realizadas pelo Banco Central, conforme equalização das perdas/ganhos prevista na Lei nº 11.803/2008. A partir de 2020, conforme Lei 13.820/2019, o resultado dessas operações não afeta os juros nominais do governo central.

Por fim, os valores de consumo de capital fixo do governo geral são calculados e fornecidos pelo IBGE e adotados pela STN.

Base de registro

O fluxo de receitas de todas as esferas foi classificado pelo conceito de caixa, ainda que o GFSM 2014 determine a adoção de critério de competência. A razão para esta escolha é que o registro das receitas pelo critério de competência possui considerável grau de incerteza em relação a sua efetiva arrecadação, além de requerer estimativas da base de cálculo dos tributos a partir de variáveis macroeconômicas. Do lado das despesas, foi considerado para todas as esferas o conceito de despesa liquidada, que representa o total empenhado e liquidado pelas unidades executoras dos respectivos entes, somado aos restos a pagar não processados liquidados. Cabe destacar ainda que, no início da série histórica, na indisponibilidade desta última informação, às despesas liquidadas dos governos estaduais e municipais foram adicionados os pagamentos de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores de modo a se

criar uma proxy do regime de competência, uma vez que esse tipo de restos a pagar ao serem pagos foram, em algum momento, obrigatoriamente liquidados.

O GFSM 2014 também inclui o Demonstrativo de Operações de Caixa no qual as estatísticas de fluxos devem ser apuradas no regime de caixa. Este é um demonstrativo adicional cujo objetivo principal, ao contrário dos demais demonstrativos, não é avaliar a sustentabilidade fiscal do governo, mas sua liquidez, além de medir o impacto das operações de governo sobre a demanda agregada.

Consolidação

Consolidação é um método de apresentação das estatísticas fiscais que implica tratar um conjunto de unidades como se uma única unidade fosse. Todas as transações cruzadas devem ser eliminadas para efeito de consolidação em um nível maior de agregação, com destaque especial para as contas contábeis relativas a transferências e juros. Assim, para que possa ser feita uma análise no nível de cobertura de governo geral, deve ser realizada primeiramente a consolidação dos dados de governo central, estados e municípios de modo a gerar dados de governo geral em bases consistentes e sem duplicidade de valores. Para não incorrer em perda de informações analíticas, o GFSM 2014 recomenda a publicação dos dados das esferas em separado e na forma consolidada.

Apesar de esse ser o tratamento preconizado pelo GFSM 2014, dificilmente os distintos setores registram corretamente todas as transações envolvendo as diferentes partes, o que obriga o compilador de estatísticas fiscais a adotar procedimentos específicos para tratamento dos dados. Um passo anterior à consolidação final diz respeito ao tratamento da discrepância entre o total de receitas e despesas intergovernamentais. Essa discrepância é ajustada proporcionalmente nos valores de receita de transferências dos governos regionais, de modo a igualar os fluxos de receitas e despesas de transferências. Posteriormente, com o intuito de manter os valores da receita total dos entes, o valor incluído nas transferências é deduzido de outras receitas. Assim, a premissa adotada foi a de que não deve haver impacto fiscal quando da realização dos ajustes de consolidação. Ou seja, partiu-se do pressuposto de que as esferas subnacionais realizam todos os seus registros contábeis, mesmo que de maneira não aderente às melhores práticas de contabilidade.

Indicadores GFS

Demonstrativo de Operações

Dois importantes resultados analíticos derivam do Demonstrativo de Operações do Governo. São eles:

a) Resultado Operacional Líquido: corresponde a receita menos gasto. É um indicador sintético da sustentabilidade corrente das operações do governo e capta todos os custos correntes de operações

governamentais. Deve-se notar que o resultado operacional líquido, tal como definido aqui, exclui ganhos e perdas resultantes de variações dos níveis de preço e outras variações do volume de ativos.

b) Resultado Operacional Bruto: difere do resultado operacional líquido por não incluir o consumo de capital fixo como gasto.

c) Capacidade / Necessidade líquida de financiamento: corresponde ao resultado operacional líquido deduzido da aquisição líquida de ativos não financeiros. É um indicador sintético que revela a medida em que o governo coloca recursos financeiros à disposição de outros setores da economia ou utiliza os recursos financeiros gerados por outros setores. Pode, portanto, ser visto como indicador do efeito financeiro da atividade governamental sobre o resto da economia. Excluindo-se as receitas e despesas de juros obtém-se o indicador de capacidade / necessidade líquida de financiamento primária.

Demonstrativo de Operações de Caixa

O Demonstrativo de Operações de Caixa evidencia a quantia total de caixa gerada ou absorvida por operações correntes; transações com ativos não financeiros; e transações envolvendo ativos e passivos financeiros distintos do próprio caixa. A variação líquida da posição de caixa do governo é a soma do caixa líquido recebido dessas três fontes. As informações a respeito das fontes e usos de caixa são importantes para se avaliar a liquidez do setor governo geral. O indicador fornecido por este demonstrativo é:

a) Superávit / Déficit de caixa: é um indicador que evidencia a necessidade de fluxo de caixa de um setor. Quando é superavitário reflete a disponibilidade de caixa do governo para aumentar seus ativos financeiros ou diminuir o seu passivo. Quando é deficitário, reflete a necessidade de caixa do governo. Excluindo-se as receitas e despesas de juros obtém-se o indicador de superávit / déficit de caixa primário.

Embora o Demonstrativo de Operações de Caixa não esteja disponibilizado neste boletim, seus dados estão disponíveis nas tabelas presentes no portal do Tesouro Nacional, no seguinte endereço:

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>

Revisões

As revisões serão realizadas a cada trimestre, conforme necessário, como resultado de atualização de base de dados, correções e tratamentos metodológicos.

Principais revisões/alterações metodológicas:

Em 2017, foi realizado ajuste metodológico em relação ao tratamento conferido ao Fundo Constitucional Distrito Federal - FCDF que, anteriormente, era incorporado nas despesas do governo central. Os valores

das despesas do FCDF passaram a ser registrados no âmbito dos governos estaduais, com o correspondente registro de transferência do governo central.

Em 2018, foi incluído o tratamento para despesas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que passam a ser incorporadas como transferência de capital às famílias (despesa do governo central orçamentário), correspondente ao índice de inadimplência da carteira (superior a 360 dias) aplicado sobre o volume corrente de desembolsos dos financiamentos em contratos sem garantia do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) ou do Fundo Garantidor do Fies (FG-Fies), ambos fundos de natureza privada com patrimônio constituído.

Em 2019, visando o alinhamento às práticas internacionais de finanças públicas, se promoveu a alteração do registro do Imposto sobre a Renda e Proventos arrecadado pelos estados e municípios para o governo central. Esta alteração busca atender orientação expressa no GFSM 2014, parágrafo 5.34, que indica que o imposto deve ser atribuído à unidade de governo que exerce a autoridade para impor o imposto e definir suas alíquotas. Por se tratar de imposto de competência federal, conforme estabelece o inciso III do Art. 153 da Constituição Federal, o atendimento da recomendação indica o registro na esfera federal. Anteriormente essa arrecadação era mantida nas esferas subnacionais, conforme os valores registrados no Si-confi. A alteração de 2019 mudou o tratamento para toda a série histórica.

Para adequar os lançamentos desta arrecadação foram realizados os seguintes ajustes: 1) na esfera federal os valores das arrecadações de estados e municípios foram lançados como receita de impostos sobre a renda e o mesmo valor como despesa de transferência intergovernamental; 2) nos estados e municípios os valores arrecadados foram reclassificados de impostos sobre a renda para receita transferências intergovernamentais. Esta alteração metodológica não gera impacto nos saldos das tabelas de finanças públicas.

Em 2020, foram realizadas alterações no Demonstrativo de Operações, o qual apresenta detalhes das transações de receita e gasto, bem como o investimento líquido em ativos não financeiros. Na estrutura anterior o conceito de despesa era atribuído ao que, agora, denomina-se gasto. A mudança de nomenclatura foi introduzida a fim de transmitir de maneira mais clara os conceitos do marco metodológico do GFSM 2014. Assim, essa alteração visa evidenciar a diferença entre as transações que resultam em uma diminuição do patrimônio líquido e aquelas que não o modificam, enquanto as transações que não alteram o patrimônio líquido compõem o investimento. As despesas passam, portanto, a ser entendidas como a soma dos gastos e do investimento líquido.

A estrutura do Demonstrativo de Operações também foi reorganizada para evidenciar o principal indicador derivado do marco analítico do MEFP 2014, que é a capacidade / necessidade líquida de financiamento.

Adicionalmente, foi realizado um ajuste na metodologia de consolidação. A discrepância entre o total de receitas e despesas intergovernamentais passou a ser considerada no total das 3 esferas. A metodologia é explicada no item “3.3.3 Consolidação”. Maiores informações estão disponíveis na *Nota Metodológica - Revisão Metodológica das Estatísticas Fiscais do Governo Geral* disponível no site do Tesouro Nacional em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/notas-metodologicas-de-estatisticas-fiscais-do-governo-geral>.

Em 2024, foram realizados os seguintes aperfeiçoamentos metodológicos⁵: i) alteração do tratamento estatístico do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo Remanescente do PIS-PASEP, com a mudança de setorização para o setor corporações públicas financeiras e consequentemente a exclusão de seus fluxos das estatísticas fiscais do governo geral; ii) revisão do tratamento da contribuição social imputada, rubrica da despesa que reflete o aumento das obrigações previdenciárias do governo frente a seus trabalhadores. Ela corresponde à parcela do aumento do passivo atuarial no período que não é coberta pelas contribuições sociais efetivas ou explicada por outros fluxos econômicos. Em virtude da atual dificuldade de registro do passivo previdenciário nas estatísticas fiscais, a partir desta publicação, optou-se por não registrar as contribuições sociais imputadas dos empregadores, tendo em vista que a forma atual de registro não reflete o cálculo atuarial dos direitos pensionários; e iii) introdução de novas tabelas de apresentação das estatísticas de finanças públicas em arquivo separados por esferas: Demonstrativos GG (governo geral), Demonstrativos GCO (governo central orçamentário), Demonstrativos GE (governos estaduais) e Demonstrativos GM (governos municipais). Essa alteração foi acompanhada da ampliação das aberturas dos dados trimestrais para os governos estaduais e municipais. Todas essas mudanças foram implementadas para toda a série histórica, garantindo a consistência intertemporal das informações.

Estes aperfeiçoamentos metodológicos estão detalhados na *Nota Metodológica - Revisão Metodológica das Estatísticas Fiscais do Governo Geral*, disponível no site do Tesouro Nacional em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/notas-metodologicas-de-estatisticas-fiscais-do-governo-geral>.

⁵ Para maiores informações acesse a Nota Metodológica - Revisão Metodológica das Estatísticas Fiscais do Governo Geral, disponível no site do Tesouro Nacional em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/notas-metodologicas-de-estatisticas-fiscais-do-governo-geral>.

Comparações com outras estatísticas fiscais

Os resultados aqui apresentados não substituem e nem se confundem com outras estatísticas relacionadas às finanças públicas, como, por exemplo, as estatísticas fiscais divulgadas no Resultado do Tesouro Nacional (RTN), que observam aspectos metodológicos específicos.

O RTN, publicado mensalmente desde 1995, foi estruturado com base no GFSM 1986. Este manual tinha como objetivo ajudar os países membros na compilação de informações estatísticas, facilitando a análise das operações dos governos e o impacto econômico de suas atividades. As estatísticas de finanças públicas aqui apresentadas são elaboradas de acordo com a metodologia definida GFSM 2014. Uma vez que se baseiam em edições diferentes do manual, existem diferenças conceituais entre as duas publicações. Para maiores informações sobre essas diferenças, acesse a *Nota Metodológica - Comparativo entre as Estatísticas do Resultado do Tesouro Nacional – RTN e as Estatísticas Fiscais elaboradas de acordo com a metodologia do GFSM 2014*, disponível em <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/notas-metodologicas-de-estatisticas-fiscais-do-governo-geral>.

Da mesma forma, as estatísticas dos governos subnacionais apresentadas neste boletim não se confundem com as informações contidas no “Boletim de Finanças Públicas dos Entes Subnacionais” que são produzidas no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal (PAF), cujo principal objetivo é verificar o cumprimento das metas estabelecidas nos Programas de Ajuste estabelecidos como decorrência do processo de Renegociação das Dívidas dos estados.

Fontes externas e publicações relacionadas

Estatísticas Fiscais do Governo Geral:

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>

Manual de Estatísticas Fiscais:

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-estatisticas-de-financas-publicas-mefp/2015/30>

Government Finance Statistics Manual 2014:

<http://www.imf.org/external/Pubs/FT/GFS/Manual/2014/gfsfinal.pdf>